

Programa de saúde ocupacional do TRT6 já é referência

Inspirado em um projeto do Ministério do Trabalho, obrigatório para as empresas privadas, o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) do TRT6 vem colhendo bons resultados entre magistrados e servidores do Regional pernambucano. O PCMSO abrange o controle da LER/DORT (distúrbios osteomusculares associados ao trabalho), hipertensão arterial, prevenção de dislipidemias (colesterol alto), controle de absenteísmo e diabetes, entre outros fatores de risco à saúde, e envolve ainda a realização de ginástica laboral. De acordo com a



Iana, Rejane, Simone, Suzana e Keila formam a equipe do programa

médica do trabalho responsável pela implantação do programa, Simone Aguiar, houve uma redução significativa de queixas de origem

ocupacional no TRT6, além de ter aumentado o percentual de servidores praticantes de atividades físicas.

Páginas 4 e 5

RECIFE SEDIA OLIMPÍADAS DA JT

As próximas olimpíadas da Justiça do Trabalho serão realizadas entre os dias 6 e 13 de novembro, no Recife. Será a nona edição do evento esportivo, que está sendo organizado pela Anastra e o Grude6, em parceria com a presidência do TRT6 e o governo do Estado. Os jogos incluem 19 modalidades e estão

abertos à participação de servidores e magistrados de todos os Regionais do Trabalho do país (ano passado, em Sergipe, foram 800 atletas de 18 delegações). A maioria das disputas vai ocorrer no Centro de Esportes Santos Dumont, que fica no bairro de Boa Viagem.

(Página 7)

Programa Trabalho, Justiça e Cidadania completa cinco anos

Página 6

TRT6 realiza nova pesquisa de clima em setembro

Página 8

Sexta reunião do COLEPRECOR acontece em novembro no Recife

A presidente do TRT6 e do Colégio de Presidentes e Corregedores dos Tribunais Regionais do Trabalho (Coleprecor), desembargadora Eneida Melo, vem realizando, sistematicamente, encontros preparatórios à 6ª Reunião Ordinária do Coleprecor, a acontecer entre os dias 4 e 5 de novembro, no Recife. Paralelamente à realização do evento, acontecerão duas outras reuniões: a de diretores-gerais e a de diretores de informática. Para organizar os encontros, Eneida Melo tem reunido semanalmente assessores, diretores e demais



Coordenação do evento se reúne semanalmente

integrantes da equipe encarregada do cerimonial e divulgação. Logo após o encontro do Colégio, a capital pernambucana sediará, ainda, de 6 a 13 de novembro, a IX Olimpíada da Justiça do Trabalho.

Medalha para Alcides



Lydia Barros

A desembargadora Eneida Melo, presidente do TRT6, não conteve a emoção ao entregar a medalha Conselheiro João Alfredo Corrêa de Oliveira, categoria mérito judiciário, a Maria Luíza do Nascimento Lins, mãe do jovem Alcides do Nascimento Lins, assassinado em fevereiro. A cerimônia foi realizada na Sala de Sessões do Pleno.

Stela Maris

Jornal do TRT da 6ª Região

Cais do Apolo, 739 Bairro do Recife
50.030-902 Recife PE
Imprensa: 81-2129.2020 imprensa@trt6.gov.br

PRESIDENTE

Eneida Melo Correia de Araújo

VICE-PRESIDENTE

André Genn de Assunção Barros

CORREGEDOR

Ivanildo da Cunha Andrade

DESEMBARGADORES FEDERAIS DO TRABALHO

Gilvan Caldas de Sá Barreto
Nelson Soares Júnior
Josélia Moraes da Costa
Eneida Melo Correia de Araújo
Maria Helena Guedes Soares de Pinho Maciel
André Genn de Assunção Barros
Ivanildo da Cunha Andrade
Gisane Barbosa de Araújo
Pedro Paulo Pereira Nóbrega
Virginia Malta Canavaro
Valéria Gondim Sampaio
Ivan de Souza Valença Alves
Valdir José Silva de Carvalho
Acácio Júlio Kezen Caldeira
Dione Nunes Furtado da Silva
Dinah Figueirêdo Bernardo
Maria Clara Saboya Albuquerque Bernardino
Nise Pedrosa Lins de Sousa

SECRETÁRIO-GERAL DA PRESIDÊNCIA

José Alberto Alves Viana

DIRETOR-GERAL

Wladimir de Souza Rolim

SECRETÁRIA DO TRIBUNAL PLENO

Nyédja Menezes Soares de Azevedo

JORNALISTA RESPONSÁVEL

Lydia Barros

REDATORES

Lydia Barros / Maria Alice Amorim
Caroline Jordão Barreto / Eugenio Pacelli

REVISÃO

Eugenio Pacelli / Caroline Jordão Barreto

FOTOGRAFIA

Stela Maris / Eugenio Pacelli
Maria Alice Amorim / Siddharta Campos

PROJETO GRÁFICO

Simone Freire

DIAGRAMAÇÃO

Simone Freire / Siddharta Campos

IMPRESSÃO

F & A Gráfica
(Tiragem: 1.500 exemplares)

Reflexões sobre a nova licença-maternidade

Sob críticas veladas, vem tomando corpo uma PEC (Proposta de Emenda Constitucional) que torna obrigatória a ampliação da licença-maternidade de quatro para seis meses. A Proposta, que se encontra no Senado, de autoria da senadora e médica pediatra Rosalba Ciarlini (DEM-RN), altera o inciso XVIII do artigo 7º da Constituição Federal e foi aprovada no dia 03 de agosto do corrente, em segundo turno, por unanimidade. Agora, segue para a Câmara e daí para a promulgação. Destaca-se que, atualmente, a licença-maternidade de seis meses já é obrigatória no serviço público, sendo opcional no setor privado (Lei 11.770 de 09.09.2008). As empresas da iniciativa privada que desejarem aderir ao programa, denominado de “Empresa Cidadã”, recebem incentivos fiscais. Portanto, na esfera privada, a Lei 11.770/08 se apresenta com caráter opcional para os empregadores e é exatamente isso que se pretende alterar através da PEC que torna obrigatória a ampliação da licença para 180 dias. A regulamentação da citada lei ocorreu no final de dezembro de 2009, por meio do Decreto 7.052, de 23.12.2009, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2010. Conforme previsto no Decreto, aquela empregada que estiver em gozo de salário-maternidade na data de sua publicação poderá solicitar a prorrogação da licença, desde que a requeira no prazo de até 30 (trinta) dias. Importante observar que os

quatro primeiros meses de licença-maternidade continuarão sendo pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Os salários dos dois meses a mais serão pagos pelo empregador. Prevê, ainda, referido Decreto, que a pessoa jurídica tributada com base no lucro real poderá deduzir do imposto devido, em cada período de apuração, o total da remuneração integral da empregada pago nos 60 (sessenta) dias de prorrogação de sua licença-maternidade, vedada a dedução como despesa operacional.

Traçados os parâmetros acima, a respeito da maneira como será apresentado à sociedade o novo salário-maternidade, cabe neste espaço tecer breves considerações sobre o instituto e o impacto dessa nova regulamentação no âmbito das empresas. É certo que os empresários observam com preocupação tal iniciativa, ao argumento de que comprometerá o desenvolvimento administrativo de muitas empresas. Vislumbram, também, que os pequenos empregadores sofrerão os maiores impactos financeiros e que possivelmente passarão a discriminar na hora da contratação preferindo os empregados do sexo masculino. No entanto, as restrições da classe empresarial à ampliação da licença-maternidade somente demonstram o atraso da sociedade com conceitos equivocados e previsões nebulosas, no aspecto. É importante ressaltar o grande passo que vem dando o



Nise Pedroso
Desembargadora do TRT6

legislador para uma conquista social de tão relevante repercussão em prol da maternidade e proteção à criança.

Dados da Sociedade Brasileira de Pediatria destacam a importância do tempo de prorrogação do aleitamento materno, dando conta de que tal providência diminui, sensivelmente, as chances de ocorrência de doenças típicas nessa fase da vida da criança, como a diarreia, pneumonia e anemia. Acrescente-se o enorme benefício, sobretudo no aspecto emocional, desse vínculo afetivo entre mãe e filho durante esses seis primeiros meses.

É preciso que a sociedade compreenda as inúmeras vantagens da nova garantia que não se destina apenas ao bem-estar das mães, mas, sobretudo, à saúde da criança, fazendo despontar a certeza de gerações de brasileiros em condições mais saudáveis e cidadãos mais equilibrados, emocionalmente, sem falar na perspectiva de redução de custo para a saúde pública (SUS), que certamente gastará bem menos com internações pediátricas nesse período. A conquista deve ser comemorada porque consolida, em toda sua plenitude, um direito social constitucionalmente garantido, amparando a mulher na sua dignidade.

Programa de controle médico de saúde

Voltado para a prevenção, o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) do Tribunal Regional do Trabalho da Sexta Região (TRT6) comemora bons resultados. Criado em 2001, na gestão da desembargadora Ana Schuler, o programa abrange controle de LER/DORT (distúrbios osteomusculares associados ao trabalho), de hipertensão arterial, prevenção de dislipidemias (colesterol alto), controle de absenteísmo, de diabetes e envolve visitas anuais às Varas do Trabalho da capital e do interior para obtenção de dados e orientação dos servidores. Também engloba a realização de ginástica laboral

três vezes por semana, prática atualmente restrita às Varas do Trabalho do Recife.

Nas visitas anuais, são coletados, entre outros, dados relativos a histórico de acidentes de trabalho e/ou doenças ocupacionais; queixas relacionadas ao aparelho osteomuscular, para estabelecimento do nexo causal com o trabalho e histórico de hipertensão arterial, cardiopatia, câncer, diabetes, hepatite, pneumonias, cirurgias e acidentes extra ocupacionais ocorridos no último ano. Segundo Simone Aguiar, médica do trabalho e responsável pela implantação do PCMSO no Tribunal, houve uma redução significativa de



Para reduzir a ingestão de colesterol, deve-se diminuir a ingestão de gorduras saturadas, ou seja, o consumo de alimentos de origem animal, em especial as vísceras, leite integral e seus derivados, embutidos, frios, pele de aves e frutos do mar (camarão, ostra, marisco, polvo, lagosta). Para diminuir o consumo de ácidos graxos saturados, aconselha-se a redução da ingestão de gordura animal (carnes gordurosas, leite e derivados), de polpa e leite de coco e de alguns óleos vegetais, como os de dendê.

Utilizar mais: leite desnatado, iogurte desnatado, óleos líquidos: soja, milho, girassol e algodão. Queijo tipo ricota. Somente a clara do ovo. Carnes magras: boi, peixe ou frango sem pele. Alimentos integrais: pão, arroz, etc. Leguminosas sempre com o caroço: feijão, ervilha, lentilha, etc. Margarina de milho. Preferir, junto com as grandes refeições: vegetais crus, frutas cruas e com casca, farelo de trigo, frutas ricas em vitamina C: caju, laranja e goiaba.

RECOMENDAÇÕES PARA U

Prática de atividades físicas regulares, 3 vezes por semana, 30 minutos de atividade física.

Atividades físicas previnem osteoporose. Exemplo de musculação, pilates, hidroginástica.

Qualquer atividade física deve ser previamente avaliada por um profissional capacitado.

Realizar avaliação periódica com cardiologista.

A redução do peso corporal é coadjuvante no tratamento da hipertensão arterial.

Recomendável buscar auxílio de endocrinologista para a redução do peso.

Seguir recomendações sobre alimentação.

Seguir recomendações sobre orientação fisioterapêutica.

Manter realização, no mínimo anual, de exames de rotina.

e ocupacional comemora bons resultados



queixas osteomusculares de origem ocupacional (9%). Além disso, aumentou o percentual de funcionários que fazem atividade física.

Em 2008, os servidores atendidos pelo programa começaram a receber relatório sobre a própria saúde. O relatório não se restringe ao presente, enfocando desde 2002, quando os dados começaram a ser colhidos. No final do ano, as estratégias do PCMSO vão ser revistas, tendo por base a evolução dos dados dos servidores desde 2002.

O Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional é inspirado em um programa do Ministério do Trabalho, dirigido às empresas privadas, o qual

estabelece a obrigatoriedade de empregadores e instituições que admitem trabalhadores como empregados elaborarem e implantarem o PCMSO, com o objetivo de promover e preservar a saúde dos seus trabalhadores, fazendo medicina do trabalho num caráter mais preventivo, rastreando e diagnosticando precocemente os danos à saúde relacionados ao trabalho. Atualmente compõem a equipe que executa o programa neste Regional a médica Simone Aguiar, a enfermeira Rejane Santana, as fisioterapeutas Lana Vieira e Susana Bastos, as odontólogas Keila de Aquino e Ana Cláudia Melo.

A UMA VIDA SAUDÁVEL

lares, no mínimo 3 vezes por
e física por dia

porose: exercícios com peso, a
, hidroginástica com peso

er precedida de avaliação
ada sob supervisão de

n cardiologista

oadjuvante no controle da

e endocrinologista e nutricionista

mentação saudável

entação postural do Setor de

ual, de exames preventivos

As gorduras trans aumentam o colesterol LDL(ruim) e reduzem o colesterol HDL(bom), portanto devem ser evitadas. A principal fonte de gorduras trans na dieta é a gordura vegetal hidrogenada, utilizada no preparo de sorvetes cremosos, chocolates, pães recheados, molhos para salada, sobremesas cremosas, biscoitos recheados, alimentos com consistência crocante (nuggets, croissants, tortas), bolos industrializados, margarinas duras e alguns alimentos produzidos em redes de *fast-food*.

Dar preferência a ingestão de gorduras insaturadas, de um modo geral presentes nos óleos vegetais de soja, milho, girassol, óleo de oliva, óleo de canola, azeitona, abacate e oleaginosas (amendoim, castanhas, nozes, amêndoas). Os ácidos graxos ômega-3 (linolênico, EPA e DHA) são encontrados respectivamente nos vegetais (soja, canola e linhaça), em peixes de águas frias (cavala, sardinha, salmão, arenque) e promovem a redução dos triglicérides. A substituição das gorduras saturadas por insaturadas reduz o colesterol total e o colesterol LDL (ruins).

Fonte: Serviço de Saúde / TRT6

Justiça e cidadania se aprende na escola

Aproximar o poder Judiciário do cidadão, formando sujeitos plenos e conscientes dos seus direitos e deveres. Esse é o principal objetivo do programa Trabalho, Justiça e Cidadania, pioneiramente criado em Pernambuco em 2005, meses depois de instituído pela Anamatra, no final de 2004. Coordenado pela juíza titular da 2ª Vara do Trabalho do Cabo, Carmen Richlin, o programa vem capacitando professores-multiplicadores, que foram treinados com noções básicas do direito civil, penal, constitucional e trabalhista, e circulou por quase 100 escolas públicas do Estado ao longo dos últimos cinco anos.

Além do certificado concedido às escolas, professores e gestores, o programa reforça o acervo bibliográfico das instituições de ensino com um kit biblioteca, composto por títulos-referência como a Constituição do país, os Códigos de Processo Penal e Civil, a Consolidação das Leis Trabalhistas e o Estatuto da Criança e do Adolescente, entre outros. “É muito gratificante para nós, juízes, desenvolver esse trabalho junto a professores e estudantes. Temos depoimentos belíssimos de jovens que passaram pela experiência de participar do programa Trabalho, Justiça e Cidadania”, declara a coordenadora Carmem Richlin.

Realizado com o apoio da Amatra 6, o programa encerrará o ano de 2010 com seis escolas visitadas na Região Metropolitana do Recife. Não há, no entanto, um



A Escola Cônego Rochael de Medeiros - que oferece educação para surdos - foi uma das instituições visitadas por juízes e advogados este ano

número fixo de visitas no calendário anual organizado pelos juízes participantes. “Em 2006, por exemplo, tivemos cerca de 40 encontros, ano passado foram 12, vamos desenvolvendo o programa de acordo com as nossas agendas”, explica a juíza Carmem Richlin, ressaltando que o programa não se

**Programa foi criado
pioneiramente em
Pernambuco em 2005**

constitui apenas de visitas às escolas: “Elas são antecedidas pelos *workshops* oferecidos a professores e gestores”, explica.

O dia da visita é de festa. Os alunos costumam receber os juízes com apresentações de números musicais ou espetáculos teatrais do seu repertório, antes de tirarem suas

dúvidas sobre temas relacionados à Justiça no Brasil. Assuntos como direitos fundamentais, cidadania, ética, consumo, mercado de trabalho para os jovens e compromisso social são temas frequentemente debatidos entre alunos, educadores e juízes. “Todos os magistrados envolvidos realizam este trabalho de forma voluntária, levando noções de cidadania e aproximando o Poder Judiciário da população”, destaca Carmem Richlin.

Nos diversos encontros, além do “tira-dúvidas” com os magistrados e das apresentações culturais, também acontecem gincanas e são confeccionados cartazes, sempre direcionados aos temas do programa. Ao final de cada ano, o Trabalho, Justiça e Cidadania chega à sua culminância com uma bonita festa, prestigiada por juízes e advogados, e com a participação de todas as escolas visitadas.

Recife sedia Olimpíadas da JT em novembro

Acontecerão no Recife as próximas olimpíadas da Justiça do Trabalho. Trata-se da nona edição do evento, a ser realizado entre os dias 6 e 13 de novembro, e que está sendo organizado mediante ação conjunta da Anastrá e Grude6, em parceria com a Presidência do TRT6 e o Governo do Estado. Os jogos, abertos à participação de todos os TRTs, incluem 19 modalidades e as disputas ficarão concentradas na Zona Sul do Recife, no Centro de Esportes Santos Dumont, Recife Tênis Clube e em outros locais a serem posteriormente divulgados. Entre outras iniciativas, o governo de Pernambuco está cedendo o Centro de Esportes Santos Dumont.

Na última edição, realizada no estado de Sergipe, em 2009, as olimpíadas da JT contaram com a participação de mais de 800 atletas de dezoito delegações. Existe a expectativa de que os jogos deste ano superem os números do ano passado. Admilson Figueiredo, Airtton Cavalcanti, João Marcos, Luíza Emília e Vera Lúcia são os coordenadores do Grude6 e estão à frente da organização do evento.

Diversas capitais do país já sediaram os jogos e a representação do TRT6 tem obtido destaque ao longo dos anos. Em 2007, na VI Olimpíada da Justiça do Trabalho, realizada em João Pessoa, o Grude6 conquistou o título de campeão geral para Pernambuco. No ano seguinte, 2008, em Fortaleza, o TRT6 obteve a 5ª colocação, embora com grande

desfalque na delegação de atletas. Na VIII ONJT, realizada no ano passado na cidade de Aracaju, o Grude6 foi vice-campeão, com 14 medalhas de ouro, 7 de prata e 9 de bronze.

Passeios ciclísticos, torneios, caminhada da poesia, trilha, curso de fotografia. Estas são algumas das atividades que o Grude6 vem promovendo, além, claro, de desenvolver excelente programa de esportes com oferta de treinamentos sistemáticos em

diversas modalidades. O Grude6 existe desde 5 de dezembro de 2006, e um ano depois adquiriu personalidade jurídica, com registro em cartório. Conta com 154 associados, sob coordenação colegiada composta de cinco integrantes. O grande desafio em 2010, além da habitual mobilização em torno da prática esportiva e da melhoria na qualidade de vida, é realizar as olimpíadas de modo condizente com as conquistas somadas desde 2006.



Coordenadores do Grude6 - Vera Lúcia Peixoto, Luíza Emília Cordeiro, Admilson Figueiredo, Airtton Cavalcanti e João Marcos Cordeiro - foram recebidos pela presidente do TRT6, Eneida Melo (centro)

TRT6 realiza nova Pesquisa de Clima Organizacional e de Satisfação

A Assessoria de Gestão Estratégica (AGE) do TRT6 vai realizar, em setembro, uma "pesquisa de clima organizacional" com magistrados, servidores e advogados, com a qual pretende traçar um diagnóstico institucional do tribunal, e aferir a satisfação dos advogados com os serviços prestados por esta Corte. Trata-se, na realidade, da segunda "pesquisa de clima" promovida pelo Regional pernambucano, há pouco mais de um ano da primeira investigação, cujo resultado norteou a elaboração do mapa estratégico do TRT6. "Dessa vez, a pesquisa vai alimentar a maioria dos indicadores do nosso planejamento estratégico", explica a assessora Andrea Coutinho.

A nova pesquisa de clima será feita por meio de um questionário a ser respondido eletronicamente, no link disponibilizado no site do TRT da 6ª Região - sem a necessidade de identificação dos pesquisados - e, no caso dos magistrados, e-mail corporativo ou pessoal. O resultado do diagnóstico será dividido em três partes, magistrados, servidores e advogados, e será estruturado em sete perspectivas: administração, comunicação, qualidade, relacionamento interpessoal,

motivação, infraestrutura e conhecimento do TRT6. "É uma consulta rápida, em menos de dez minutos as questões são respondidas", explica Verônica Tavares, da AGE, "o importante é que as pessoas participem e sejam informadas dos resultados".

A primeira pesquisa de clima institucional promovida no TRT6 estava alinhada à Resolução nº 49 do CNJ, que estabeleceu a criação do Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica dos tribunais, visando à implantação e gestão

Um questionário será disponibilizado no site para ser respondido eletronicamente

dos seus respectivos planejamentos estratégicos (instituído posteriormente, com a Resolução nº 70). Os pesquisados elegeram como pontos fortes do TRT6 os convênios mantidos com o BACENJUD, INFOJUD, RENAJUD e DETRAN e a imagem do Tribunal junto ao público externo. Da mesma forma, magistrados (85,71%) e servidores (86,19%) revelaram satisfação com o trabalho no TRT, assim como alcançou altos índices de



aprovação a categoria relacionamento interpessoal. Já como aspectos que precisavam ser aperfeiçoados, o questionário indicou os sistemas corporativos SIAJ, SIAJ2, EJUS e JURIS SÍNTESE.

Cerca de 30% dos magistrados e desembargadores responderam à primeira pesquisa (46 de 143), 37% dos servidores (567 de 1.543), além de 20 advogados. Para o próximo levantamento, a AGE pretende aumentar a amostragem, mobilizando um maior número de entrevistados. "A realização periódica de pesquisas de clima e satisfação dos usuários é um importante instrumento gerencial. Acreditamos ser esta a melhor forma de avaliar se as ações implementadas pela administração estão surtindo efeito, internamente e externamente", defende Andrea Coutinho.